

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – ASPECTOS HISTÓRICOS DO ENSINO BRASILEIRO	18
1.1 História do ensino privado no Brasil	18
1.2 História do ensino público no Brasil	21
CAPÍTULO II – FUNDAMENTOS LEGAIS E AVALIATIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	25
2.1 Fundamentos legais da educação brasileira	25
2.1.1 Constituição Federal de 1988.....	25
2.1.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1966.....	27
2.2 Objetos de avaliação da educação no Brasil.....	28
2.3 As diferenças do ensino nacional no âmbito público e privado	30
CAPÍTULO III – A PESQUISA SOB A PERSPECTIVA DA ESCOLA M. SÃO CAETANO R. GONÇALVES DE FARIA E COLÉGIO SANTA LUZIA, EM LUZIÂNIA – GO.....	36
3.1 O município de Luziânia – GO	36
3.3 O Colégio Santa Luzia.....	39
3.4 A metodologia de estudos	41
3.4.1 Quanto à abordagem	42
3.4.2 Quanto à estratégia	42
3.4.3 Quanto ao instrumento de investigação	42
3.4.4 Quanto aos procedimentos	42
3.5 Os dados organizados e analisados	44
3.5.1 Dados e análise do questionário com professores do 5º ano.....	44
3.5.2 Dados e análise do questionário com coordenadores.....	50

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	57
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICE A – Questionário Professor	65
APÊNDICE B – Questionário Coordenador	68
APÊNDICE C - Declaração de autenticidade	68

INTRODUÇÃO

A história do ensino público e privado no Brasil se mescla a própria história da educação nacional. Tem seu início no Período Colonial, por meio das escolas confessionais dos jesuítas e passa pelo surgimento da escola pública entre 1930 e 1960. Ao longo do tempo as escolas públicas foram negligenciadas pelo Estado, enquanto as escolas privadas foram suprindo as deficiências das escolas públicas e servindo para a formação educacional da elite brasileira.

Nesse contexto, o referente trabalho traz o seguinte questionamento: Quais as diferenças existentes entre o ensino público e particular? Assim, esta pesquisa tem como objetivo identificar as diferenças entre o ensino público e o particular, por meio das instituições de ensino Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria e Colégio Santa Luzia, localizadas no município de Luziânia, Goiás.

Para compreender como se dá essa relação entre o ensino público e privado, a pesquisa sustenta-se nos seguintes objetivos específicos: 1) conhecer os aspectos históricos do ensino público e particular; 2) identificar os aspectos legais da educação; 3) conhecer os objetos de avaliação da educação nacional e 4) analisar as diferenças entre o ensino público e o particular.

Para tanto, a pesquisa foi realizada por meio da abordagem qualitativa, considerando sua importância no campo educacional, conforme afirmam Bogdan e Biklen (1994, p. 19). Seguindo essa abordagem, a estratégia utilizada foi o estudo de caso, levando em consideração que, segundo Yin (2005, p. 19), a temática abordada é considerada atual. Os instrumentos de investigação utilizados foram os questionários semiestruturados, uma vez que confere, assim como afirma Marconi e Lakatos (2009, p. 203), a padronização das perguntas nos dois ambientes diferentes que foram pesquisados.

A pesquisa dividiu-se em três capítulos. O primeiro capítulo trata dos aspectos históricos da educação pública e privada. O segundo trata dos aspectos legais e avaliativos da educação. Por fim, o terceiro capítulo traz os dados e análises, como forma de demonstrar as diferenças existentes entre a escola pública e particular.

CAPÍTULO I – ASPECTOS HISTÓRICOS DO ENSINO BRASILEIRO

O objetivo deste capítulo é fazer uma contextualização histórica acerca do surgimento do ensino público e do ensino privado no Brasil, que são objetos desta pesquisa. Faremos um breve retrospecto, com o objetivo de compreender o cenário atual da educação nacional.

A história do ensino público e privado está bastante ligada a história de estruturação da educação nacional. Para tanto, historicizar o ensino público e privado faz com que tenhamos que trazer boa parte do desenvolvimento do nosso sistema educacional, como contexto para o surgimento das escolas mantidas tanto com recursos do Estado, quanto das escolas mantidas por meio de recursos privados.

1.1 História do ensino privado no Brasil

Falar sobre o ensino privado no Brasil é falar sobre a educação confessional, uma vez que tudo se inicia em 1533, quando os franciscanos fundaram, na Bahia, o primeiro estabelecimento de ensino particular do país. Durante o período colonial, de 1500 até 1759, as funções do ensino ficaram sob a responsabilidade das organizações religiosas que construíram seus sistemas de ensino “em regime de caráter privado”, conforme afirma Alves (2009, p. 72), mesmo que algumas vezes contassem com suporte financeiro do Estado.

Em 1532, em meio ao auge das Capitâneas Hereditárias, o Rei de Portugal decidiu estimular o ensino e atribuiu essa função à Igreja. Por meio dos jesuítas, então, nascia a escola brasileira, com a responsabilidade “de ensinar a língua portuguesa, a doutrina cristã, à leitura e a escrita” (*ibid.*). Entretanto, conforme Azevedo (1958), no decorrer da educação jesuíta, o ensino não era ofertado para todos, mas sim para uma minoria da elite.

Em 1759, o Marquês de Pombal decidiu expulsar os jesuítas responsáveis pelas instituições de ensino brasileiras, dando fim à primeira fase da educação no Brasil. Iniciou-se uma reorganização e criaram-se novos propósitos para o ensino particular. Neste mesmo ano, foi instituída na Colônia, a Direção Geral, que tinha funções semelhantes a do Ministério da Educação atualmente. Contudo, mais

uma vez a ideia era favorecer a educação da alta sociedade de maneira a atender os interesses políticos da época. Ainda assim, segundo Alves (*ibid.* p. 73), houveram mudanças importantes como: “os concursos de admissão ao ensino; a expedição de licença para ensinar; a obrigação de ter uma autorização para abertura das escolas”, incluindo as particulares.

No período de 1777 até 1792, com D. Maria I, houve uma ruptura com os ideais de seu antecessor. As instituições de ensino confessionais voltaram a avançar. Apesar disso, esse foi o período de maior abandono do ensino privado primário e secundário na história educacional brasileira.

Houveram algumas mudanças em relação ao sistema educacional de 1792 até 1834, mas na esfera pública, o que não interferiu significativamente no ensino privado brasileiro. Só em 1834, por conta do Ato Adicional à Constituição, que houve um desenvolvimento do ensino particular, uma vez que as províncias não conseguiam recursos necessários para desenvolver “seu próprio ensino, público e gratuito, especialmente em nível secundário” (*ibid.* p. 74). Dessa forma abriu-se um espaço para que as escolas particulares pudessem apropriar-se de tal função e se solidificar como ensino privado custeado pelos pais dos alunos, assim como é atualmente.

No ano de 1854, o Imperador aprova a Lei de Liberdade do Ensino que complementava o Ato Adicional de 1834. Essa lei foi fomentada pelos ideais da elite brasileira em concordância com a Igreja e com os intelectuais da época. Nesse momento, segundo Alves (*ibid.*):

Consolida-se a livre iniciativa na educação por meio de uma escola privada autônoma em relação ao Estado, acentuando a sua expansão, mormente a da escola confessional naquele momento. Na esteira da nova legislação educacional, ainda em 1854, tomaram-se, entre outras, as seguintes medidas: a criação, no Rio de Janeiro, da Inspeção Geral da Instrução encarregada de controlar o ensino primário e secundário, público e privado; a fixação de normas e mecanismos para regulamentar a atuação privada no ensino; e o estabelecimento de um sistema de formação dos professores primários no país.

O ensino privado se expande cada vez mais, não só por conta da falta de assistência do Estado em relação a oferta e qualidade do ensino público, mas também por conta da disseminação da ideia de que as escolas particulares ofereciam um ensino mais desenvolvido. Crescem também as escolas

confessionais alicerçadas nos moldes das congregações católicas do continente europeu.

Com o estabelecimento da República e a promulgação da nova Constituição de 1891, o ensino privado brasileiro viveu o período mais importante de sua história. Ocorreram muitas mudanças no cenário político no âmbito da educação pública, mas sem sucesso. Assim, as escolas particulares continuaram a ocupar as lacunas deixadas pelo ensino público, principalmente no ensino secundário.

A Constituição de 1937 passou a permitir a aplicação de recursos públicos para as escolas particulares, o que funcionou durante um certo período de tempo. Contudo, por conta de crises econômicas e pressões políticas do fim dos anos de 1960, os repasses deixaram de existir. Atualmente, ainda há essa possibilidade prevista pela Constituição, “mas inexistente na prática e nunca chegou a ser devidamente regulamentado” (*ibid.*).

Após o surgimento da Escola Nova¹ e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1961) se instala um novo cenário na educação nacional que dá maior autonomia de sistematização às escolas, incluindo, as particulares. Alves (*ibid.*) afirma que apesar dos desafios enfrentados, diante dessa nova maneira de ensinar e de organizar as escolas, o ensino privado continuou a crescer, principalmente por conta do crescimento demográfico da classe média entre os anos de 1960 e 1970.

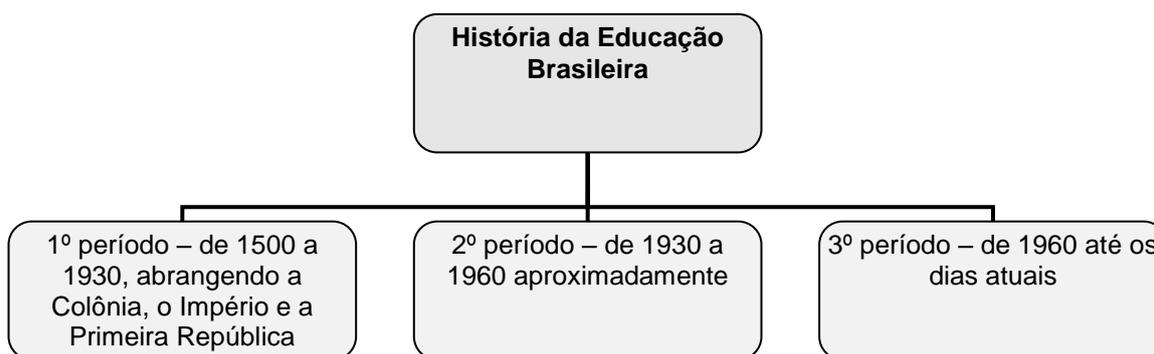
Atualmente, as escolas particulares brasileiras enfrentam alguns empecilhos, principalmente, com a perda de alunos por conta de crises na economia. A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) afirma, em entrevista para o site do Estadão (2016), que a rede privada de ensino perdeu 12% dos 9 milhões de alunos que tinha em 2014. Contudo, as escolas particulares ainda são referência no imaginário da população quando se trata de educação no Brasil, uma vez que o ensino público ainda possui muitos problemas a serem resolvidos

¹ A Escola Nova foi um movimento de modernização do ensino, nascido no fim do século XIX.

1.2 História do ensino público no Brasil

Freitag (1980, p.46) divide a história da educação brasileira em três períodos. O primeiro deles é o que abrange a Colônia, o Império e a Primeira República, entre os anos de 1500 e 1930. Caracteriza-se, principalmente, pela educação confessional que não era ofertada em caráter nacional, como vimos na história do ensino particular brasileiro. Só houve um breve início do que veremos nas décadas de 1900, quando, em 1822, o Brasil tornou-se independente e, promulgou a 1ª Constituição com vistas a estruturação de um sistema nacional de educação. Dessa forma, torna-se justificável iniciar o retrospecto do ensino público brasileiro pela década de 1930

Organograma I: Divisão dos períodos da história da educação brasileira



Fonte: Freitag (1980, p.46). Tabulação própria.

O Brasil, entre as décadas de 1930 e 1960, passou por muitas mudanças no campo político e econômico, afetando assim, a vida social dos brasileiros. Segundo Bittar e Bittar (2012, p. 158), a educação foi um dos fatores sociais que gerou alguns fenômenos ideológicos contrários, como em 1932, quando a Igreja Católica e os conservadores lutavam para continuar com sua dominação na educação nacional e os setores liberais e de esquerda que, imbuídos pelos ideais da Escola Nova, lutavam pela criação da escola pública que atendesse a crianças e adolescentes.

Ainda na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério da Educação, onde foi desenvolvido, ao menos na legislação (*ibid.*), o

Sistema Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Educação² que assessoravam o Ministério de Educação. A legislação determinava que o ensino secundário fosse ofertado, em sete anos³, após a realização do ensino primário. Entretanto, o ensino público ainda favorecia os filhos da elite, uma vez que havia seletividade no acesso ao ensino secundário.

Em 1934 foi promulgada a Constituição Brasileira, onde o direito a educação, de maneira gratuita e obrigatória, foi declarado de forma legal. Consagrou-se o direito a educação que seria ofertada pela união e pela família, a obrigatoriedade de oferta e incluía os princípios para a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE).

No período de oito anos da ditadura de Vargas uma nova Constituição foi instituída, neste novo cenário deixava de ser dever do país ofertar educação, passando a ser apenas uma ação supletiva. Ainda nesse período, foi estabelecido, por meio da Reforma Capanema, o ensino técnico-profissional, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), mas, segundo Bittar e Bittar (*ibid.* p. 159), manteve-se o aspecto excludente do ensino secundário público.

A Reforma Capanema levou em consideração alguns elementos do Manifesto de 1932⁴, como (*ibid.* p. 159):

[...] a) gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário; b) planejamento educacional (Estados, territórios e Distrito Federal deveriam organizar seus sistemas de ensino); c) recursos para o ensino primário (Fundo Nacional do Ensino Primário) estipulando a contribuição dos Estados, Distrito Federal e dos municípios; d) referências à carreira, remuneração, formação e normas para preenchimento de cargos do magistério e na administração.

Após o término da ditadura Vargas, a Constituição de 1946 trouxe as características da Constituição de 1934 e os princípios do Manifesto de 1932 novamente. Ela reassegurava o direito e a obrigatoriedade da educação a todos de forma gratuita e, além disso previa ineditamente a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

² Ambos faziam parte do que ficou conhecida como “A Reforma Francisco Campos”. Francisco Campos era o chefe de Ministério da Educação nesse período.

³ Ensino Fundamental: cinco anos e Ensino Complementar: dois anos.

⁴ Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Em 1961 foi aprovada a LDB que agregou-se o direito e obrigatoriedade da oferta de educação pública. Entretanto, segundo Romanelli (1986, p. 174), essa LDB também definiu alguns casos onde o Estado não seria obrigado a ofertar educação pública, como em casos de insuficiência de estabelecimentos educacionais públicos. No que se refere à organização do ensino, a LDB manteve os moldes da Reforma Capanema, no sentido de continuar com a divisão do pré-primário, primário, médio (técnico e secundário) e superior.

Até a década de 1960 o ensino público brasileiro passou por várias alterações, mas o país continuou com uma alta taxa de analfabetismo e muitas das melhorias anunciadas ficaram só nos textos legais. Durante o regime militar, entre 1964 e 1985, houve uma certa expansão da escolarização brasileira. Isso porque, conforme Bittar e Bittar (*ibid.* p. 162), a escolaridade era algo necessário para que o Brasil alcançasse o status que a ditadura implantada almejava. Entretanto, é importante lembrar que a expansão da escolarização na ditadura militar de 1964 a 1985 se deu somente de maneira quantitativa, a exemplo das escolas que funcionavam com o seguinte cenário (*ibid.*):

[...] pouco mais de três horas de permanência na sala de aula, mal aparelhada, mal mobiliada, sem biblioteca, precariamente construída, aquela em que os professores recebiam salários cada vez mais incompatíveis com a sua jornada de trabalho e com a sua titulação. A escola na qual era obrigatória a Educação Moral e Cívica, disciplina de caráter doutrinário, que além de justificar a existência dos governos militares, veiculava ideias preconceituosas sobre a formação histórica brasileira, e na qual o ensino da Língua Portuguesa, da História, da Geografia e das Artes ficou desvalorizado.

O período que se segue, após o fim da ditadura militar de 64, trouxe a consolidação de alguns direitos e de mudanças significativas na educação pública brasileira, mas que não chegavam nem perto das reivindicações dos movimentos antecedentes. Em 1988 foi promulgada a nova Constituição, chamada de Constituição Cidadã. Ela definia como dever do Estado garantir o “ensino fundamental obrigatório e gratuito” como um “direito público subjetivo” (Brasil, 1988).

Bittar e Bittar (*ibid.* p. 164) ressaltam que na década de 1990, principalmente nos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), as escolas públicas brasileiras continuaram se expandindo quantitativamente, ao

mesmo tempo em que crescia os problemas de eficiência. Ainda assim, a medida mais relevante do governo FHC foi o início da elaboração da nova LDB que estava prevista na Constituição Cidadã. Segundo Bittar, Oliveira e Morosini (2008, p.10), a LDB pode ser considerada um marco na história da educação brasileira, pois reestruturou o ensino escolar em diferentes níveis e modalidades.

Conforme Wreford (2003, p.5), em seu relatório resultante de visitas às escolas públicas de São Paulo, em 2002, a educação pública tinha, por exemplo, os seguintes pontos positivos: oferta de merenda gratuita e de qualidade, apoio financeiro crescente nos últimos 15 anos e dedicação dos funcionários das escolas. Em contrapartida, problemas com a didática e baixos salários dos professores, falta de atenção e grande número de faltas dos educandos, eram alguns dos pontos negativos do sistema educacional das escolas visitadas.

De 2003 até 2011, com Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) na presidência, o ensino público tomou outros rumos em relação aos grupos mais vulneráveis, conforme afirma Andrade (2009, p. 198). Foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), mecanismo de financiamento da educação básica⁵. Além disso, muitos programas sociais foram criados para dar assistência ao educando e a família. Também foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2007, utilizado como um indicador de qualidade do ensino público.

Waldow (2014, p. 3) afirma que o governo de Dilma Rousseff, de 2011 até 2016⁶, foi marcado pela continuidade dos programas de seu antecessor Lula. Contudo, a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que tem por objetivo oferecer o ensino contínuo por meio de cursos de formação, foi um marco no seu governo.

Atualmente, o ensino público vive uma onda de instabilidade com o governo de Michel Temer. Cortes nos repasses de verbas, suspensão de programas e do Saeb são as marcas do governo, afirma Martins (2016). Essas quebras nas melhorias do ensino público são características da história da educação brasileira. De maneira cíclica, os governos estão sempre melhorando um aspecto, mantendo outros, mudando radicalmente alguns, mas até agora não chegamos ao sistema de ensino público com excelência na qualidade.

⁵ Compõem a educação básica: Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

⁶ Dilma Rousseff sofreu um impeachment em agosto de 2016.

CAPÍTULO II – FUNDAMENTOS LEGAIS E AVALIATIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Sabendo da importância da legislação nacional para a educação, o objetivo deste capítulo é apresentar os aspectos legais que regem a educação, de maneira a compreender a organização do ensino brasileiro. Dessa forma, destacam-se as determinações da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, onde ambas trazem as obrigações do Estado em relação à oferta do ensino. Com o aporte legal, podemos avançar, por meio das ferramentas avaliativas da educação, também previstas por lei, na reflexão sobre as diferenças entre o ensino público e privado brasileiro.

2.1 Fundamentos legais da educação brasileira

2.1.1 Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal (CF), aprovada em 5 outubro de 1988, é considerada por muitos autores e estudiosos, assim como afirma Figueiredo (1988, p. 104), como a mais desenvolvida no que diz respeito a defesa dos direitos da sociedade e, principalmente, a educação. A CF de 1988 trouxe muitos instrumentos legais reguladores do direito à educação, inserindo um capítulo completo sobre a educação brasileira, reafirmando o direito a educação pública e gratuita. Ela traz em seu Art. 208 (Brasil, 1988), os seguintes deveres do Estado:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

A inovação na CF de 1988, afirma Oliveira (1999. p. 62), surge já no primeiro inciso, onde se especifica o dever do Estado de ofertar educação, inclusive para os que não tiveram a possibilidade de escolarização na idade indicada. Em seu segundo inciso, há uma retomada de alguns aspectos significativos da CF de 1934 que dizem respeito a expansão da oferta do ensino médio gratuito, atendendo a uma tendência mundial de escolarização.

As pessoas com deficiência⁷ ganharam atenção no inciso III, que apresenta a prioridade para o atendimento de deficientes no ensino público regular. Já o inciso IV garante o acesso à educação infantil para crianças com até 5 anos de idade e trouxe uma nova concepção acerca das creches e pré-escolas, que agora são entendidas como instituições de educação. Entretanto, a incorporação dessa faixa etária no ensino básico, trouxe algumas despesas sem que houvesse um aumento dos recursos (*ibid.* p. 63).

O quinto inciso trata do acesso ao ensino superior, a produção científica e artística, enquanto o sexto trata da oferta do ensino noturno de maneira que se adeque as possibilidades do aluno. Esses dois incisos, remontam a preocupação da continuidade do ensino e trazem o reconhecimento de que é dever do Estado oferecer condições para que todos, incluindo jovens e adultos, trabalhadores e idosos, possam ter acesso à educação.

O último inciso traz a questão da assistência do Estado aos estudantes, em todas as etapas da educação, por meio da garantia de material, transporte,

⁷ O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência alterou a nomenclatura "pessoas portadoras de deficiência" por "pessoas com deficiência" em 2011.

alimentação e saúde. Para Melchior (1979, p. 202), a assistência do Estado é importante e deve ser garantida à população.

Segundo Oliveira (*ibid.* p. 64), no primeiro parágrafo temos a segurança do acesso ao ensino como um “direito público subjetivo⁸” (Brasil, 1988), garantindo dessa forma que o acesso à educação seja um atributo da pessoa, a ser ofertado obrigatoriamente pelo poder público. O segundo parágrafo traz a possibilidade de se atribuir responsabilidade ao dirigente, quando afirma que a falta ou a má qualidade de oferta do ensino gera culpabilidade para a autoridade competente. Por fim, o terceiro parágrafo fecha o Art. 208, trazendo a responsabilidade do Estado, junto aos responsáveis, de verificar a frequência dos educandos na escola, por meio de Censo Escolar⁹, por exemplo.

2.1.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1966

Depois de quase dez anos de discussão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também chamada pelo nome de Lei Darcy Ribeiro, foi aprovada no dia 17 de dezembro de 1996, no governo FHC. Possui a finalidade de demonstrar os deveres do Estado com a educação brasileira. Saviani (1999, p. 201) afirma que a criação da LDB de 1996 foi influenciada pelo cenário político e econômico brasileiro que resultou no caráter neoliberal de sua constituição. Mas, como veremos a seguir ainda representa um avanço na construção de uma educação pública de qualidade.

De tantas características importantes da LDB de 1996, podemos destacar as mais significativas, como as que se seguem: gestão democrática, ensino fundamental obrigatório e gratuito, base comum curricular, gasto mínimo da União, estados e municípios e a previsão da criação do Plano Nacional de Educação (PNE).

Outro aspecto relevante a ser destacado, principalmente no contexto desse trabalho é que o compromisso pela educação brasileira, na LDB de 1966, passou a ser compartilhado com o setor privado, Organizações Não-governamentais (ONGs) e a família. É importante salientar que a palavra família vem antes da

⁸ O direito subjetivo pode ser entendido como um poder do homem, juridicamente garantido. É uma capacidade própria e de responsabilidade de terceiros.

⁹ “O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro nessa área” (Brasil, 2015).

palavra Estado, no texto da LDB de 1966, contrariando a escrita da Constituição de 1988, deixando claro o entendimento de que a família é a primeira responsável pela educação, de acordo com o seguinte trecho (Brasil, 1996):

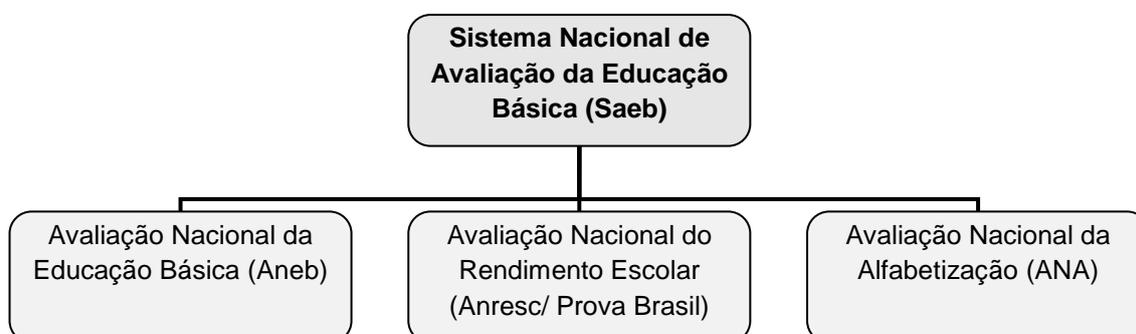
Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. [...] Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De maneira geral, a LDB de 1966 não foi estruturada de maneira a resolver todos impasses educacionais, principalmente os que resultaram dos anos anteriores. Entretanto, seus direcionamentos estão alicerçados nos princípios constitucionais, possibilitando que se possa colocar a legislação em prática, a favor de melhorias no sistema educacional brasileiro.

2.2 Objetos de avaliação da educação no Brasil

A educação básica brasileira é avaliada por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Esse sistema foi instituído no ano de 1990 e é composto por três avaliações em larga escala: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/ Prova Brasil) e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Organograma II: Composição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)



Fonte: Saeb. Tabulação própria.

Das três avaliações que compõem o Saeb a Anresc, mais conhecida como Prova Brasil, é um recenseamento avaliativo que ocorre duas vezes por ano, realizada com todos “os alunos do 5º ano (4ª série) e 9º ano (8ª série) do Ensino Fundamental das escolas públicas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados” (Brasil, 2015). A Prova Brasil objetiva verificar a qualidade do ensino público brasileiro, por meio do grau de aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e ainda aponta questões contextuais que afetam o trabalho desenvolvido nas escolas avaliadas.

A ANA tem seu funcionamento parecido com a Prova Brasil, mas faz sua avaliação com todos os educandos do 3º ano do Ensino Fundamental das instituições públicas de ensino, de maneira a “ aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática” (Brasil, 2015). Essa avaliação demonstra o desempenho dos alunos em leitura, matemática e escrita, além de apresentar indicadores socioeconômicos e de formação docente.

Por fim, temos a Aneb que também emprega instrumentos equivalentes aos da Prova Brasil, mas abarca não só as escolas públicas, como também as escolas privadas que não se incluem nos critérios para atuação na Prova Brasil e que “pertencem as etapas finais dos três últimos ciclos da Educação Básica: em áreas urbanas e rurais 5º ano (4ª série) e 9º ano (8ª série) do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio regular” (Brasil, 2015). As escolas são selecionadas por meio de sorteio, de acordo com os seguintes interesses avaliativos: dependência administrativa, estado, localização, área e tamanho da escola.

A avaliação educacional brasileira tem como objetivo geral o monitoramento da qualidade do ensino, principalmente do público, por meio da investigação dos resultados das avaliações e dos dados comparados. A avaliação em Língua Portuguesa investiga, basicamente, as habilidades que são utilizadas para a leitura, enquanto a avaliação em Matemática se ocupa, basicamente, na investigação das competências necessárias para a compreensão e resolução de problemas matemáticos.

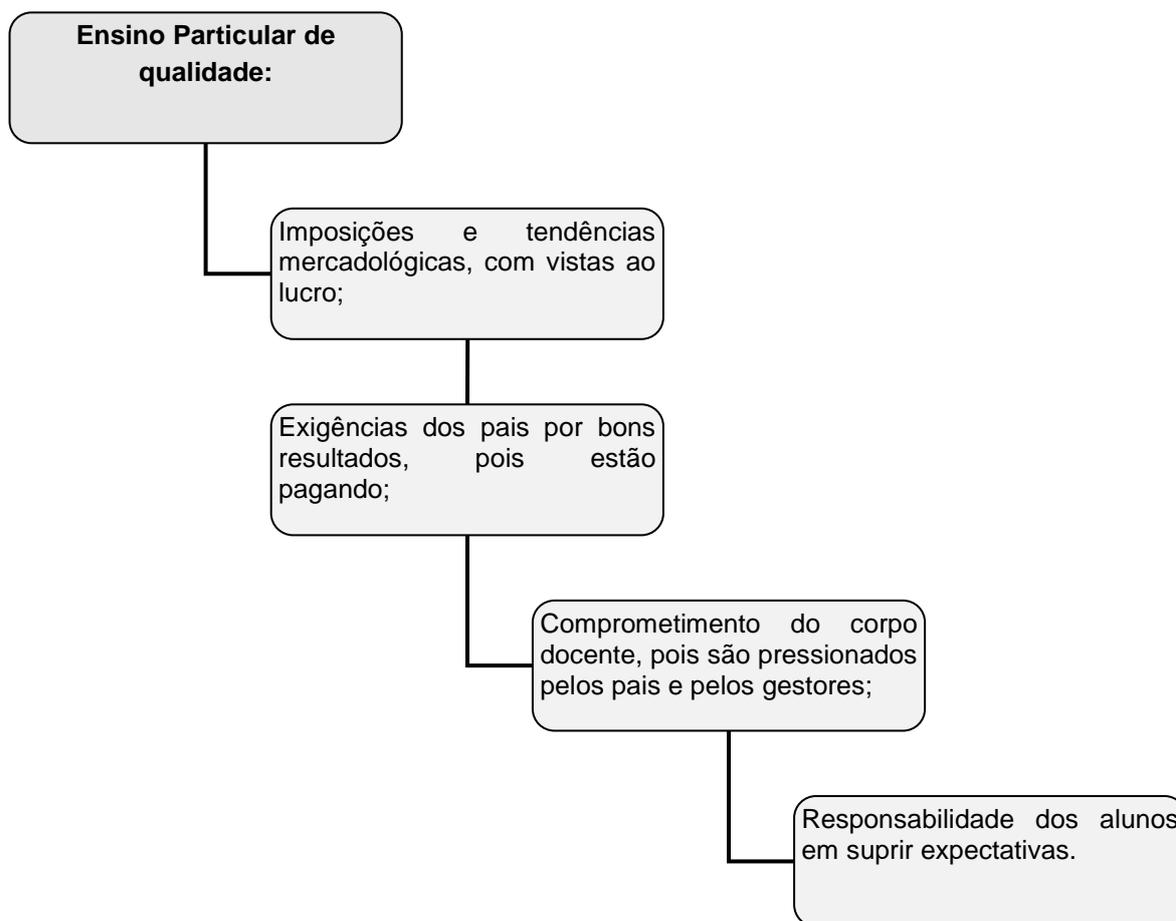
O Saeb demonstra, de maneira estatística, como está o ensino brasileiro dentro da esfera privada, federal, como também por regiões e estados. É de grande importância para a promoção de melhorias educacionais, estabelecendo alguns padrões de qualidade de ensino. Contudo, ainda há melhorias a serem feitas, uma vez que “o sistema produz somente indicadores gerais, importantes, mas sem o poder de indução específica dos agentes para as mudanças importantes no processo ensino-aprendizagem”, conforme Araújo (2005, p. 8) afirma.

2.3 As diferenças do ensino nacional no âmbito público e privado

Como vimos anteriormente, o declínio das escolas públicas é a principal influência para o desenvolvimento das escolas particulares, mas não é a única. O crescimento das instituições privadas também é reflexo das consequências políticas que não demonstram interesse em recuperar o ensino público. Conforme cita Iosif (2007, p. 37), muitos governos passaram ao longo da história política brasileira, com muitas promessas em relação à educação, mas poucas melhorias foram alcançadas. Entretanto, se de um lado há o senso comum e alguns resultados que revelam que as escolas particulares superam as escolas públicas, por outro, existem pesquisas e estudos que mostram outra visão sobre o assunto.

Sobre o ensino privado, segundo Lima (2010), é importante destacar que ele sofre imposições cíclicas que se inicia no mercado, passa pelos pais, pelos professores, pelos alunos e por fim, resulta num ensino mais satisfatório. A instituição de ensino acata essas imposições de maneira a aumentar seus lucros e solidificar o nome, por meio de bons resultados.

Organograma III: Mecanismos que fomentam um ensino particular de qualidade



Fonte: Lima (2010). Tabulação própria.

Cruz (2016) alerta para o fato de que os alunos de escolas particulares, geralmente, possuem mais acesso a outros meios de aquisição de conhecimento, a exemplo de viagens e cursos, portanto não necessariamente é o conteúdo aprendido na escola privada que determina seu bom resultado em avaliações. Além disso, cabe mencionar que algumas escolas particulares realizam o “Vestibulinho” onde o aluno faz uma prova para ingressar em determinada instituição, apesar dessa prática ter sido condenada pelo Parecer CNE/CBE n.26/2003.

Essa situação pode ser entendida por meio do conceito de “capital cultural”, criado por Bourdieu. Almeida (2007, p.47) afirma que o “capital cultural”, pode ser entendido como o conjunto dos conhecimentos que os alunos de classes sociais

mais favorecidas possuem, em maior quantidade que os conhecimentos dos alunos de classes sociais menos favorecidas.

Sobre o ensino público brasileiro temos um cenário de evolução aquém das metas estabelecidas, conforme os dados divulgados pelo Ideb (Brasil, 2015):

A meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º) para 2015 foi alcançada por 74,7% das redes municipais. [...] As metas não foram cumpridas nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º) [...]. No Ensino Médio, a meta do Ideb não foi alcançada e o índice permanece estagnado desde 2011.

A Prova Brasil (2015) trouxe dados específicos sobre os conhecimentos avaliados. Tratavam-se de habilidades mínimas para os estudantes e também revelou, de forma alarmante, como está o ensino público brasileiro. De acordo como os dados elencados, segundo Guimarães (2015), para revista *Época*:

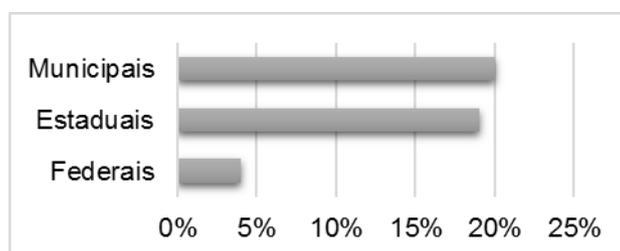
Mais de 65% dos alunos brasileiros no 5º ano da escola pública não sabem reconhecer um quadrado, um triângulo ou um círculo. Cerca de 60% não conseguem localizar informações explícitas numa história de conto de fadas ou em reportagens. Entre os maiores, no 9º ano, cerca de 90% não aprenderam a converter uma medida dada em metros para centímetros, e 88% não conseguem apontar a ideia principal de uma crônica ou de um poema.

Além dos dados divulgados sobre a situação da educação pública, temos também as questões estruturais, como ambiente físico, equipamentos pedagógicos e tecnológicos, questões salariais, principalmente dos professores, e questões sociais que se manifestam também no espaço escolar. Haddad (2003, *apud*. Iosif 2007, p. 53), ressalta essas questões, afirmando, por exemplo, que pessoas negras têm seu acesso à educação pública negligenciado e que a remuneração dos professores além de ser baixa, de uma maneira geral, sofre alterações regionais. Todas essas nuances colaboram para que o desempenho dos alunos das escolas públicas sejam inferiores, em comparação ao desempenho de alunos de escolas particulares.

Outro fator importante a ser observado, segundo Campos (2015), em dados divulgados no site *Gazeta do Povo*, é a diferença entre os próprios alunos da rede de ensino pública. Nesse contexto, existem dois tipos de alunos, os estudantes da rede federal e os estudantes da rede estadual e municipal de ensino. As diferenças socioeconômicas são determinantes para o acesso a uma

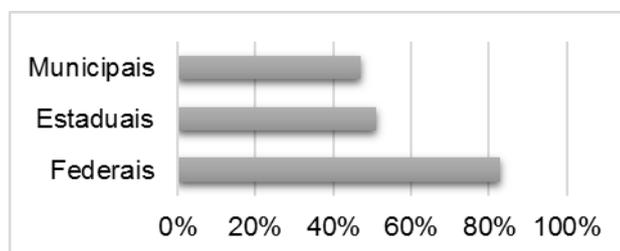
melhor instituição de ensino, mesmo na esfera pública, e, conseqüentemente, a um melhor desempenho escolar. Os dados, conforme Campos (*ibid.*), obtidos por meio de questionário socioeconômico aplicado junto a Prova Brasil, confirmam essa questão, demonstrando que nas instituições federais o número de alunos que possuem uma diarista em casa é maior que o dos alunos de instituições estaduais e municipais e, ainda, o número de alunos que possuem computador em casa é, também, maior nas instituições federais que nas estaduais e municipais.

Gráfico I: Estudantes brasileiros que trabalham fora de casa



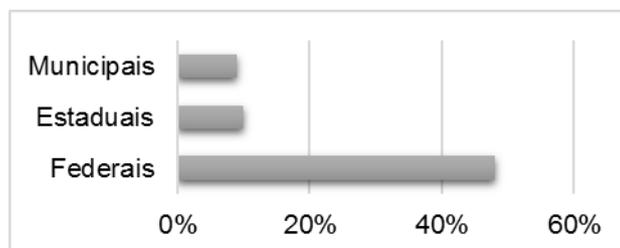
Fonte: Gazeta do povo (2015). Tabulação própria.

Gráfico II: Estudantes brasileiros que a família possui carro



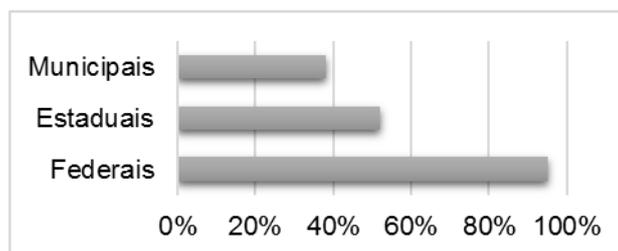
Fonte: Gazeta do povo (2015). Tabulação própria.

Gráfico III: Estudantes brasileiros que possui diarista ou doméstica



Fonte: Gazeta do povo (2015). Tabulação própria.

Gráfico IV: Estudantes brasileiros que possuem computador e internet



Fonte: Gazeta do povo (2015). Tabulação própria.

Prado (2015, *apud. Ibid.*) afirma que há uma seleção socioeconômica, realizada de maneira indireta. Ele cita que muitas instituições federais realizam um “Vestibulinho”, assim como muitas instituições privadas, que seleciona, por meio de provas, os alunos que irão se matricular. Os estudantes selecionados, os que obtiveram melhor colocação por meio da prova, em sua maioria, são oriundos do ensino privado. Levando em consideração o nivelamento feito pelas instituições federais, Souza (2015, *apud. Ibid.*) afirma que, em contrapartida, os docentes das instituições estaduais e municipais precisam lidar com um corpo discente heterogêneo, dificultando o trabalho de ensino.

Apesar de todo esse cenário preocupante em relação a educação pública brasileira, nos últimos anos as divergências entre os resultados avaliativos das escolas particulares e públicas tem diminuído consideravelmente. Conforme Barba (2016), para a coluna da BBC Brasil, os dados divulgados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos¹⁰ (PISA - 2016), revelam que estudantes de escolas particulares tiveram um resultado “apenas um pouco melhor” que os estudantes de escolas públicas. Entretanto, isso não significa que o ensino público esteja alcançando os níveis do ensino particular.

As causas principais para o baixo desempenho das escolas particulares no PISA seria os problemas na formação docente e a “grade curricular engessada”. Segundo Costin (2016, *apud. Ibid.*), a maioria dos professores, de escolas particulares e privadas, fez o mesmo tipo de ensino superior, que foca muito em

¹⁰ “O Pisa [...] é uma avaliação internacional que mede o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de Leitura, Matemática e Ciências. [...] É realizado a cada três anos, [...] com o objetivo principal de produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação básica e que possam subsidiar políticas nacionais de melhoria da educação. [...] O Brasil participa do Pisa por meio do Inep, responsável pela aplicação das provas em todo o País” (Brasil, 2007).

fundamentos da educação e pouco nas práticas docentes. Além disso, há a falta de autonomia dos professores dentro de sala de aula. O currículo das escolas particulares, além de ser extenso, é também muito engessado e não dá a possibilidade de trabalhar conteúdos de acordo com a aprendizagem e os interesses dos alunos, conforme sugere Pacios (2016, *apud. Ibid.*).

É importante destacar também que a desigualdade social é um dos principais motivos para a grande diferença no ensino público e privado. Segundo Ponce (2005), o sistema educacional constituiu-se a partir do momento em que a sociedade se estruturou em classes sociais antagônicas. Os interesses e as necessidades da classe social dominante passaram a delimitar o campo da educação na medida em que passou a servir para a dominação social de poucos sobre muitos.

Demo (2007, p.194) afirma que os alunos não atendidos nas escolas públicas do Brasil, como deveriam, sofrerão também fora delas em virtude das condições sociais em que estão inseridos. O Brasil, nas últimas décadas, adota um padrão educacional semelhante à educação de outros países europeus, tendo como pressuposto a existência de um modelo universal de educação formal de qualidade e elite. Porém, o que atualmente vemos no Brasil é um sistema educativo fragmentado, compreendendo várias redes de velocidades diversas.

Dessa forma, esse ensino dividido determina, por exemplo, qual é a maioria de alunos que chegarão ao ensino superior, sendo cerca de 73,2%, conforme dados do IBGE de 2011 (2012, p. 57), deles oriundos da rede particular de ensino, ocupando as vagas das universidades públicas nos cursos mais concorridos. Logo percebemos, assim como afirma Soares (2004, p. 77), que aumentar o nível de qualidade educacional e diminuir este impacto da posição social no sucesso escolar deve ser o principal objetivo do sistema educacional de um país, especialmente onde há desigualdade.

CAPÍTULO III – A PESQUISA SOB A PERSPECTIVA DA ESCOLA M. SÃO CAETANO R. GONÇALVES DE FARIA E COLÉGIO SANTA LUZIA, EM LUZIÂNIA – GO

Realizando, inicialmente, uma sucinta localização do objeto de estudo, por meio da história do município de Luziânia e das escolas pesquisadas, o objetivo desse capítulo é apresentar a metodologia utilizada, o resultado da pesquisa e a apreciação dos dados, para que possamos identificar as diferenças existentes entre o ensino público e particular.

3.1 O município de Luziânia – GO

Conforme o IBGE (2015), a história do município de Luziânia se inicia com a vinda de Antônio Bueno de Azevedo, em 1746, que saiu do estado de Minas Gerais em direção ao noroeste. Bueno chegou às margens de um rio, denominado por ele como São Bartolomeu, onde se fixou, junto a seus amigos e escravizados, por um tempo. Meses mais tarde, ele seguiu viagem, em direção ao oeste, até chegar ao local que ele construiu sua moradia e batizou como Santa Luzia.

O povoado de Santa Luzia teve ligação íntima com a mineração de ouro e metais, por conta disso, rapidamente cresceu, com a vinda de mais escravizados e outros para trabalhar na mineração. Entretanto, no final do século XVIII, segundo o IBGE (*ibid.*) “a mineração começou a declinar; assim, muitas famílias foram abandonando o arraial e se fixaram na zona rural, passando a dedicar-se à lavoura e à criação de gado”.

Santa Luzia passou por várias categorias e cresceu bastante até se tornar cidade, no ano de 1867. Além disso, por meio do Decreto-lei estadual n.º 8.305, de 31 de dezembro de 1943, a cidade de Santa Luzia passou a ser chamada de Luziânia. Atualmente, o município de Luziânia possui uma população de 174.531 pessoas, conforme dados do último censo (2010).

No que tange a educação, segundo dados do IBGE, Luziânia possui uma taxa de escolarização de 97% na faixa etária de 7 a 14 anos (2010), o IDEB nos

anos iniciais do ensino fundamental tem nota média de 5,5 e nos anos finais do ensino fundamental nota média de 4,7 (2015). Ainda conforme dados do IBGE:

Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 136 de 246. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 142 de 246. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97 em 2010. Isso posicionava o município na posição 176 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 3641 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

De acordo com o site Boletim Online (2016), o município de Luziânia possui, ao todo, 124 instituições de ensino. São 58 escolas municipais, 33 escolas estaduais, 32 escolas privadas e um instituto federal, que estão localizados nos diferentes bairros da cidade.

No que se refere a trabalho e rendimento, em Luziânia, o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2,3 salários mínimos (2015). O percentual da população ocupada é de 12,9% (2015), enquanto 35% da população possui rendimento, por pessoa, de até meio salário mínimo (2010). Ainda segundo dados do IBGE:

Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 40 de 246 e 140 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 934 de 5570 e 2617 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35% da população nessas condições, o que o colocava na posição 126 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 3571 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Além das questões econômicas e educacionais, é importante falar sobre a segurança pública. Luziânia está entre as 30 cidades mais violentas do país, conforme levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015). Luziânia ocupa o 21º lugar no ranking nacional, mas também ocupa o 2º lugar como cidade mais perigosa do estado de Goiás. Calcagno e Stacciarini (2017), em matéria para o Correio Brasiliense, revelam que:

No primeiro semestre deste ano, o município registrou 73 assassinatos. A região teve, ainda, 77 tentativas de homicídio, cinco latrocínios (roubo com morte) e outros sete atentados, além de 2.258 roubos, 10 sequestros relâmpagos, 1.909 furtos, 180 lesões corporais e 74 casos de tráfico de drogas. Os números, porém, não expressam com exatidão o medo de quem convive com tamanha violência, e a dor de quem perdeu uma pessoa querida para o crime [...].

Assim, entender como está a segurança e o trabalho no município de Luziânia é de grande relevância para que possamos ambientar a educação, principalmente a pública que fica a margem das decisões do governo. É importante lembrar também que a escola não é um espaço isolado, ao passo que todas as características do ambiente onde ela se encontra são determinantes para a organização do ensino e para as características dos alunos e da escola, enquanto espaço físico e pedagógico.

3.2 A Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria¹¹

A Escola Municipal São Caetano Rita Gonçalves de Faria, foi fundada em 1988 no bairro São Caetano, localizado no município de Luziânia-GO. Na época, Orlando Roriz era o prefeito em exercício, Maria Valdivina Roriz era a secretária de educação e, Leila Vieira e Idelma de Jesus Brasil eram, respectivamente, diretora e supervisora da escola recém-fundada.

No início a escola atendia poucos alunos, tinha apenas seis salas e o pátio era de terra batida. Atualmente, a unidade “atende 267 alunos, sendo 74 no Infantil I e II e 193 no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos”, conforme descreve o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria (2017, p. 05). O corpo docente é composto por 10 (dez) professores, que trabalham no turno da manhã.

A proposta da escola se desenvolve dentro de uma linha sócio interacionista, que se baseia na perspectiva vygotskyana, onde o processo de desenvolvimento histórico parte das vivências sociais para a individual, conforme explica Romero (2015). Para tanto, a escola atende uma média de 100 alunos no Programa Mais Educação, no turno da tarde, onde são desenvolvidas atividades de Letramento, Matemática, Dança, Artes e Capoeira, por meio de 5 (cinco) profissionais facilitadores. Além disso, conforme o PPP (*ibid.*):

Os alunos com dificuldade de aprendizagem são atendidos no Momento de intensificação da Aprendizagem (MIA), e no reforço semanal com

¹¹ Tema desenvolvido por meio das informações disponíveis no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal São Caetano Rita Gonçalves de Faria.

intuito de elevar o nível de rendimento de cada aluno na tentativa de elevar cada vez mais o índice de aprovação e diminuir o índice de reprovação e evasão escolar.

No que se refere aos resultados avaliativos, a Escola Municipal São Caetano Rita Gonçalves de Faria possui o IDEB atual de 6.0, referente ao ano de 2015, superando a meta projetada que era de 5.3 (Brasil, 2015). Além disso, é importante ressaltar que a escolas, desde 2007, vem superando as metas estabelecidas pelo governo federal, assim como demonstra o quadro a seguir.

Quadro I: Histórico do IDEB da Escola Municipal São Caetano Rita Gonçalves De Faria – IDEB observado

IDEB observado					
2005	2007	2009	2011	2013	2017
3.9	4.4	4.8	5.3	6.0	6.0

Fonte: IDEB – Resultados e Metas. Tabulação própria.

Quadro II: Histórico do IDEB da Escola Municipal São Caetano Rita Gonçalves De Faria - Metas projetadas

Metas projetadas							
2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1

Fonte: IDEB – Resultados e Metas. Tabulação própria.

3.3 O Colégio Santa Luzia¹²

A história do Colégio Santa Luzia se inicia, por volta de 1975, do desejo de dois professores, Hermes Carneiro e Décio de N. Roriz, com o incentivo do Padre Dario de Romedis. Os três compartilhavam da mesma preocupação com o ensino

¹² Tema desenvolvido por meio das informações contidas no próprio site do colégio.

do município de Luziânia que, nessa época, não tinha escola particular que ofertasse o 1º e o 2º grau¹³.

Os dois professores seguiram então a procura de informações para concretizar o desejo pela criação da escola. Como não possuíam capital para a construção da escola, eles “convidaram o Sr. Francisco de Assis Dantas, empresário local e o Dr. Izaac Gonçalves, advogado, professor e ex-diretor do Colégio Estadual Professor Antônio Valdir Roriz”.

Com a questão do capital resolvida, só faltava o local para começar a construção da escola. Assim, mais uma vez com o auxílio do Padre Dário, os professores conseguiram alugar um prédio inacabado que pertencia à igreja. Em meio a reformas, tiveram que preparar também a documentação necessária para a abertura da escola, como também tiveram que comprar móveis e materiais necessários para o funcionamento inicial do colégio.

Com tudo concluído, no data de 15 de março de 1976, houve a aula inaugural com os alunos do 1º e 2º grau. Desde então, o colégio passou por diversas fases, onde houve a saída de alguns integrantes da sociedade, a construção de ambientes importantes, passando pela consolidação da escola, por conta da quantidade de alunos que deixaram de se deslocar para outras cidades em busca de ensino.

Atualmente, a instituição conta:

[...] com sede própria, com 23 salas de aula, três campos de futebol soçaites, duas piscinas recreativas, uma piscina semiolímpica, uma quadra polivalente coberta e outra descoberta, um salão de danças, um laboratório de ciências, um de informática com 24 computadores, auditório, biblioteca com mais de 20000 volumes e centenas de materiais didáticos.

No que diz respeito ao desempenho, a instituição reúne sucessos, tais como:

[...] No último vestibular realizado, apenas 2 alunos da turma não foram aprovados, alcançando, pois, a marca impressionante de 91,3% de aprovação, sendo 3 deles em Universidades Federais; Um ex-aluno já conseguiu sua aprovação no vestibular do ITA-SP, outro na USP; Cinco ex-alunos já se elegeram vereadores no município; Trabalham na cidade vários médicos, engenheiros, advogados, dentistas e principalmente

¹³ Atualmente, Ensino Fundamental II e Ensino Médio, respectivamente.

professores, todos ex-alunos; Três ex-alunos criaram também suas escolas particulares [...].

3.4 A metodologia de estudos

A história da escola pública e privada no Brasil se mistura a própria história da educação nacional. De início o ensino particular já nasce privilegiado, uma vez que sempre atendeu as camadas de maior poder econômico da sociedade, assim como ainda é hoje, conforme dados do IBGE (2012) que aponta que, dos alunos das escolas particulares, 53% são de famílias ricas e apenas 3,8% são de famílias pobres. Já o ensino público sofre desde o início por ser deixado em segundo plano por uma boa parte dos governos brasileiros. Nesse cenário é que se desenvolvem as diferenças entre o ensino público e o privado.

Os dados nos mostram que as escolas privadas possuem melhor desempenho de ensino, uma vez que o resultado de alunos de escolas particulares em avaliações são melhores que os resultados dos alunos das escolas públicas. Apesar de o governo estabelecer metas de melhorias para o ensino público, o Brasil ainda possui uma má colocação no ranking de desempenho do ensino público.

Nesta direção, o estudo focalizará nas diferenças entre o ensino público e particular, com uma abordagem por meio de uma escola pública, a Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria e por meio de uma escola particular, o Colégio Santa Luzia, ambas localizadas no município de Luziânia, Goiás (GO).

Dessa forma, seguindo a temática definida, surgiu o seguinte problema: Quais as diferenças existentes entre o ensino público e particular? Para alcançar a resposta o estudo tem como objetivo geral identificar as diferenças entre o ensino público e o particular, por meio de investigação realizada na Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria e no Colégio Santa Luzia, em Luziânia - GO.

Como forma de atender ao objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: 1) conhecer os aspectos históricos do ensino público e particular; 2) identificar os aspectos legais da educação; 3) conhecer os objetos de avaliação da educação nacional e 4) analisar as diferenças entre o ensino público e o particular.

3.4.1 Quanto à abordagem

Os objetivos da pesquisa buscam a compreensão das diferenças entre o ensino público e particular. Para tanto, optou-se pela abordagem qualitativa que, segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 19) é de grande importância para a investigação no campo educacional. Além disso, a pesquisa qualitativa segue algumas qualidades (*ibid.* p. 47-51), como a descrição dos objetos da pesquisa, neste trabalho, representadas pela descrição das instituições de ensino pesquisadas, e a importância das diferentes respostas dos pesquisados, representadas pelas respostas dos coordenadores e professores das duas escolas.

3.4.2 Quanto à estratégia

Sabendo que este trabalho utilizou-se de diferentes fontes para a obtenção de informação, como fontes bibliográficas e questionário, podemos classificá-lo, conforme Yin (2005, p. 19), como um estudo de caso. Yin (*ibid.* p.22) afirma que o estudo de caso se justifica também, uma vez que o objeto da pesquisa, as diferenças entre o ensino público e o privado, podem ser entendidos como uma temática atual a ser investigada.

3.4.3 Quanto ao instrumento de investigação

Os questionários são instrumentos de coleta de dados que se constituem por meio de uma séria, ordenada, de perguntas que são respondidas pelo respondente, sem que haja a presença do pesquisador, conforme afirmam Marconi e Lakatos (2009, p. 203). Para tanto, se justifica a escolha do questionário semiestruturado como instrumento de investigação, uma vez que confere também uma padronização das perguntas em dois ambiente diferentes a serem pesquisados.

3.4.4 Quanto aos procedimentos

A escolha das escolas se deu de maneira a atender ao objetivo da pesquisa. A Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria foi escolhida como

representante do setor público, com base em seus resultados avaliativos, uma vez que, desde do ano de 2007, vem superando as metas estabelecidas pelo governo em relação ao IDEB (Brasil, 2015). Já o Colégio Santa Luzia, representante do setor privado, foi escolhido por conta da sua constituição, escola confessional criada com o auxílio de um padre, ser equivalente a constituição inicial da educação no Brasil. Ambas as escolas possuem mais de 20 anos de atuação e já estão consolidadas no meio educacional do município de Luziânia.

Dentro de cada escola, foi realizada a pesquisa com um representante da coordenação escolar e com um representante docente. Os questionamentos feitos para os coordenadores conferem a pesquisa uma visão geral, voltada para o regimento da escola sobre os aspectos a serem investigados. Em relação aos professores pesquisados, foram escolhidos profissionais que lecionam para turmas do 5º ano, uma vez que este participa de avaliações institucionais, como a Aneb e a Prova Brasil. Além disso, o 5º ano configura a última turma de atuação do profissional formado apenas em Pedagogia. Os questionamentos feitos para os professores conferem a pesquisa uma visão específica e prática sobre os aspectos a serem investigados.

Dessa forma, a pesquisa alcançou um número de 4 pesquisados, um professor e um coordenador da Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria e um coordenador e um professor do Colégio Santa Luzia. Os questionários, incluindo os dos professores, foram entregues aos coordenadores das duas escolas. Assim, coube aos coordenadores a tarefa de atribuir o respondente do questionário sobre o trabalho docente, de modo que a escolha dos professores tenha sido imparcial por parte do pesquisador.

Os dados coletados por meio dos questionários foram agrupados de maneira a facilitar a interpretação e a exposição dos dados. Cada agrupamento diz respeito a um aspecto pesquisado, da seguinte maneira: 1) identificação; 2) ambiente educativo; 3) prática pedagógica; 4) avaliação; 5) formação e condições do trabalho docente; 6) sucesso na escola; 7) perfil socioeconômico; 8) gestão democrática e 9) ambiente físico escolar. As perguntas e os agrupamentos dos questionários foram produzidos de acordo com “Os indicadores da qualidade na educação” (2004), um material produzido pela parceria entre o Fundo das Nações

Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Inep.

3.5 Os dados organizados e analisados

Como forma de atender ao problema da pesquisa: Quais as diferenças existentes entre o ensino público e particular?, apresentaremos os resultados dos questionários, realizados com dois professores do 5º ano e dois coordenadores, sendo um coordenador e um professor de escola pública, e um professor e um coordenador de escola privada. As respostas foram agrupadas em eixos temáticos e, para a apresentação dos resultados, não serão divulgados os nomes dos respondentes, garantindo o caráter confidencial da pesquisa.

3.5.1 Dados e análise do questionário com professores do 5º ano

O questionário foi realizado com um professor do 5º ano da Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria e um professor do 5º ano do Colégio Santa Luzia. Foi dividido em eixos temáticos, onde cada agrupamento se relaciona com um aspecto importante a ser avaliado, na busca pelas diferenças entre o ensino público e o privado.

1º eixo – Identificação

O primeiro eixo diz respeito a identificação profissional docente. Foi perguntado se o professor havia se formado em instituição pública ou em instituição privada, onde obtivemos as seguintes respostas: o professor da Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria se formou em Instituição de Ensino Superior (IES) pública, enquanto o professor do Colégio Santa Luzia se formou em IES particular.

Sobre a formação e a prática docente, pesquisas têm revelado que os professores que lecionam no ensino infantil e fundamental I do ensino público possuem melhor formação em comparação com os professores das escolas particulares. A pesquisa “Censo Escolar do INEP/MEC (2016)”, com colaboração do movimento “Todos pela educação” revelou ainda que independentemente do

tipo de instituição a formação universitária em Pedagogia não é o suficiente para a garantia da qualidade do ensino. A pesquisa justifica que os cursos focam mais na teoria e se distanciam da realidade escolar.

2º eixo – Ambiente educativo

O segundo eixo trata do ambiente educativo para o acolhimento de crianças e adolescentes com deficiência. Perguntados se a escola acolhia alunos com deficiência na mesma sala em que estudam os alunos sem deficiência, obteve-se as seguintes respostas: o professor da Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria afirmou que os alunos com deficiência não estudam na mesma sala que os sem deficiência, enquanto o professor do Colégio Santa Luzia afirmou o contrário, dizendo que a escola atende alunos com e sem deficiência na mesma sala de aula.

Foi perguntado ainda se esses alunos, independentemente da sala em que eles estudam, recebem o apoio que necessitam. Para essa pergunta ambos os professores responderam que existe o apoio para os alunos com deficiência.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997, p. 63-64) os alunos com deficiência, seja ela intelectual ou física, devem ser matriculados conforme a sua faixa etária. Entretanto, o PCN chama a atenção para situações onde há alguma defasagem no aprendizado, nesses casos, deve haver uma adaptação do currículo escolar. Além disso crianças com qualquer tipo de deficiência tem o direito, desde 2009, de frequentar escola regular, conforme documento da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência¹⁴. Nesse sentido, cabe a família juntamente com a escola e laudos médicos, definir se é melhor para o desenvolvimento cognitivo do aluno, frequentar uma turma regular ou uma turma especial. Além disso o Estatuto da Pessoa com Deficiência afirma que a proposta é (2013, p. 44-45):

[...] reforçar este novo paradigma da inclusão dos alunos com deficiência nas instituições de ensino regular, sejam elas públicas ou privadas, propiciando seu convívio com os demais, colaborando na formação de

¹⁴ Acesso assegurado desde 2009, quando foi decretado no Brasil que tudo o que está escrito na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência deve ser cumprido.

novos cidadãos, e garantindo oportunidades para seu desenvolvimento, autonomia, profissionalização e exercício da cidadania.

3º eixo – Prática pedagógica

O terceiro eixo trata da prática pedagógica em relação ao planejamento de aula, aos recursos disponíveis e rotina docente. Nesse item, foram realizadas quatro perguntas. A primeira delas, diz respeito ao planejamento de aula e, nessa pergunta, ambos os professores afirmaram que planejam regularmente suas aulas. Na segunda pergunta também observamos a mesma resposta por parte dos professores. Perguntados se são usados diferentes recursos pedagógicos em sala de aula, os dois professores responderam positivamente.

Segundo Libâneo (1993, p. 241), o plano de aula é considerado uma ferramenta que sistematiza o conhecimento, as atividades e os procedimentos que serão utilizados em determinada aula, de maneira que se possa verificar e alcançar os objetivos traçados. Deve ser realizado levando em consideração as fases de preparação, desenvolvimento, consolidação e avaliação. Para tanto, a escola deve fornecer meios para que esse planejamento ocorra, assim como deve ofertar recursos pedagógicos para que o trabalho docente seja realizado de maneira diversa, atendendo aos diferentes tipos de aprendizagem dos alunos.

A terceira pergunta desse eixo, feita de maneira discursiva, fazia referência as disciplinas que compõem a grade curricular dos alunos do 5º ano, em cada instituição de ensino pesquisada. Nesse sentido, as repostas obtidas foram distintas em relação a quantidade, conforme disposto nos quadros.

Quadro III: Grade curricular da Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria

Grade Curricular 5º ano			
Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria			
Português	História	Ciências	Educação Física
Matemática	Geografia	Artes	Ensino Religioso

Fonte: Questionário aplicado aos professores. Tabulação própria.

Quadro IV: Grade curricular do Colégio Santa Luzia

Grade Curricular 5º ano Colégio Santa Luzia			
Língua Portuguesa	Inglês	Física	Filosofia
Matemática	Espanhol	Química	Arte
História	Biologia	Ensino Religioso	Educação Física
Geografia	Atualidades	Sociologia	

Fonte: Questionário aplicado aos professores. Tabulação própria.

Sobre a grade curricular, percebemos que o Colégio Santa Luzia supera a Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria, no quesito quantidade, uma vez que a primeira oferta 15 disciplinas, enquanto a outra oferta 8 disciplinas para alunos do 5º ano. Moreira e Candau (2006, p. 22) definem o currículo escolar como um conjunto de práticas que visam a construção de identidades, no âmbito da sociedade e da cultura. Para tanto, as disciplinas que compõem a grade curricular de determinada escola devem ter ligação com o ambiente em que os alunos estão inseridos, como também com a construção da identidade social e cultural dos alunos. Percebe-se assim, que a composição da grade curricular não deve mensurar apenas as demandas avaliativas, mas também as demandas de formação.

Sobre o ensino de disciplinas que vão além das convencionais para o 5º ano, como Filosofia e Sociologia, Ghiraldelli (*apud* Santos, 2009) afirma que são justificáveis, uma vez que as questões abordadas por essas disciplinas estão presentes na vida das crianças, inclusive, nas perguntas frequentes que elas fazem aos adultos. Da mesma forma, conforme Schroeder (2006, p. 90) se justifica o ensino de disciplinas como Biologia, Física e Química, que podem significar o ensino, por meio de métodos, das interações entre as crianças e os seus próprios corpos ou meio em que vivem.

A última pergunta desse eixo dizia respeito a autonomia para trabalhar conteúdos dentro de sala de aula. Nesta pergunta, ambos os professores afirmaram ter autonomia na prática docente. Freire (*apud* Petroni e Souza, 2009,

p. 357) entendia a autonomia como uma capacidade da ação pela ação, como poder de escolha, poder de expor ideias, mas agindo com comprometimento. Assim, ele entendia que a autonomia era bastante significativa para o trabalho docente, pois confere ao ensino um caráter crítico.

4º eixo – Avaliação

O quarto eixo fala sobre a avaliação dos alunos. Primeiramente, foi perguntado se os professores observam a progressão discente e as dificuldades que os alunos apresentam. Para esse questionamento obteve-se resposta afirmativa de ambos os professores. Já a segunda pergunta foi feita de forma a identificar se os professores utilizam diferentes atividades para avaliar os alunos, onde também obteve-se resposta afirmativa dos dois professores pesquisados.

Falar sobre avaliação e diferentes formas de se avaliar, traz a perspectiva da compreensão da existência de diversas formas de se aprender e de se manifestar o aprendizado. Moretto (2005, p. 95-96) alerta para a importância da diversidade avaliativa dizendo que:

Avaliar a aprendizagem tem um sentido amplo. A avaliação é feita de formas diversas, com instrumentos variados, sendo o mais comum deles, em nossa cultura, a prova escrita. Por esse motivo, em lugar de apregoarmos os malefícios da prova e levantarmos a bandeira de uma avaliação sem provas, procuramos seguir o princípio: se tivermos que elaborar provas que sejam bem feitas, atingindo seu real objetivo, que é verificar se houve aprendizagem significativa de conteúdos relevantes.

5º eixo - Condições de trabalho dos profissionais da escola

No quinto eixo, que trata das condições do trabalho docente, foi perguntado se os professores consideravam seus salários, como professores, justo. A essa pergunta, a resposta foi unânime no sentido de afirmar que eles não consideravam seus salários justos.

Em estudo recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado pela BBC (2017), o Brasil aparece como um dos países mais desfavoráveis ao trabalho docente no ensino público. Segundo o estudo (*ibid. apud. BBC, 2017*):

O salário médio da categoria no Brasil é de US\$ 12,3 mil ao ano (R\$ 38,6 mil), valor também inferior ao de outras nações latino-americanas

como Chile, Colômbia e México. Além disso, professores brasileiros são, entre todos os países do estudo, os que trabalham mais semanas ao ano. No Brasil, eles lecionam em média 42 semanas anuais, enquanto a média da OCDE são 40 semanas no pré-primário e 37 nos cursos técnicos.

Em contrapartida, dados do Censo Escolar e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais, 2014) do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, divulgadas pela Nova Escola (2017), demonstram que os professores das escolas particulares, no ensino fundamental, ganham ainda menos que os professores que lecionam no ensino fundamental da rede pública. A pesquisa do Rais (*ibid.*) demonstra que:

[...] um professor da rede pública ganha R\$ 3.335 para 40 horas semanais. Esse valor é R\$ 736 maior do que o de um professor da rede privada (R\$ 2.599) para a mesma jornada. Dentro da rede pública, a menor média salarial é das escolas municipais, que pagam R\$ 3.116 para os docentes. O valor corresponde a menos da metade do salário de um professor da rede federal (R\$ 7.768), que atende majoritariamente o Ensino Médio. Nos colégios públicos estaduais, a média é de R\$ 3.476. Para chegar aos valores, o levantamento padronizou a jornada de trabalho para 40 horas. O estudo levou em conta uma população de 2.080.619 de professores, ou 93,3% dos docentes da Educação Básica. Destes, a rede municipal emprega 1.065.630 professores, enquanto a estadual tem 717.144 docentes e a federal apenas 23.921. Na rede privada, são 377.700 professores.

6º eixo – Sucesso na escola

O sexto eixo diz respeito ao sucesso dos alunos na escola. Para tanto, foi perguntado aos professores se a escola, em que eles lecionam, oferece oportunidades especiais para os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem. Para essa pergunta obteve-se respostas afirmativa de ambos os professores.

Sobre isso, Azevedo (2014), em entrevista ao Portal Brasil, afirma que as principais dificuldades de aprendizagem dos alunos se manifestam na realização das atividades escolares, entretanto essas dificuldades podem se estender se não forem ofertados meios para que o aluno aprenda de outra forma. Azevedo (*ibid.*) alerta ainda para a importância do ambiente escolar, como espaço para a percepção inicial dessas dificuldades, mas também como espaço facilitador do

processo cognitivo desses alunos, por meio de lições extras, reforço escolar e exames de recuperação, por exemplo.

7º eixo – Perfil socioeconômico

O sétimo e último eixo da pesquisa com os professores do 5º ano, revelam a classe social dos alunos das escolas pesquisadas. Nesse sentido, o professor da escola pública Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria afirmou que, de maneira geral, seus alunos pertencem a classe social D. Já o professor da escola particular Colégio Santa Luzia, afirmou que a maioria dos alunos são da classe social B.

É importante mencionar que foi utilizada as Classes Sociais por Faixas de Salário Mínimo (IBGE), conforme o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB). Segundo o CCEB, a classe social B corresponde aos que ganham de 10 a 20 salários mínimos, enquanto a classe social D corresponde aos que ganham entre 2 e 4 salários mínimos. Dessa forma, podemos perceber o que já foi mencionado anteriormente, no sentido de que as escolas particulares atendem pessoas com maior poder aquisitivo, enquanto as escolas públicas atendem pessoas com menor poder aquisitivo e isso é um cenário significativo do desempenho escolar desses alunos.

3.5.2 Dados e análise do questionário com coordenadores

Assim como os questionários realizados com os professores do 5º ano, os questionários com os coordenadores foram realizados com o coordenador da Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria e com o coordenador do Colégio Santa Luzia. Também foi dividido em eixos temáticos, onde cada agrupamento se relacionada com um aspecto importante a ser avaliado, na busca pelas diferenças entre o ensino público e o privado, sob a perspectiva dos respondentes.

1º eixo – Prática pedagógica

O primeiro eixo diz respeito a proposta pedagógica da escola. Foi perguntado se a escola possui um documento de proposta pedagógica, o Projeto Político Pedagógico (PPP). Ambos os coordenadores afirmaram que a escola possui uma proposta pedagógica documentada.

Para Veiga (2002, p. 1) o PPP é indispensável para a organização do trabalho escolar, pois “vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas”. Ela ainda afirma que a escola é um lugar de concepção, portanto deve fortalecer suas responsabilidades, assim como fortalece por meio da produção e da atuação pedagógica com base nas definições do PPP .

2º eixo – Avaliação

O segundo eixo questiona se a escola possui algum sistema ou índice de avaliação interna da qualidade de ensino. Para essa pergunta ambos os respondentes afirmaram possuir formas de avaliar internamente a qualidade do ensino ofertado.

Em seguida foi perguntado, de maneira discursiva, quais seriam esses sistemas ou índices avaliativos. Para tanto, obteve-se as seguintes respostas, conforme disposto nos quadros.

Quadro V: Sistemas ou índices de avaliação interna da qualidade do ensino da Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria

Sistema ou índice de avaliação interna da qualidade do ensino Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria		
Provas	Relatórios	Portfólios

Fonte: Questionário aplicado aos coordenadores. Tabulação própria.

Quadro VI: Sistemas ou índices de avaliação interna da qualidade do ensino do Colégio Santa Luzia

Sistema ou índice de avaliação interna da qualidade do ensino Colégio Santa Luzia
Programa de Avaliação Educacional da Rede Pitágoras (PAERP)

Fonte: Questionário aplicado aos coordenadores. Tabulação própria.

Dessa maneira, as duas escolas pesquisadas possuem formas de avaliar a qualidade de ensino. Na escola pública, o sistema de avaliação é um pouco menos sistematizado, até porque a escola participa, obrigatoriamente, do sistema de avaliação do governo federal, o SAEB.

Em contrapartida, a escola particular respondente, possui uma avaliação interna própria do sistema de ensino que a escola adota. O Programa de Avaliação Educacional da Rede Pitágoras (PAERP), conforme informação da Rede Pitágoras (2016), é um programa de avaliação ofertado as escolas parceiras, como instrumento padronizado de monitoramento da qualidade do ensino. Conforme a Rede Pitágoras (*ibid.*):

O PAERP mede o desempenho das escolas parceiras e apresenta resultados educacionais baseados em ampla pesquisa, fornecendo informações que orientam os gestores e educadores no redirecionamento de práticas pedagógicas e nas tomadas de decisão relativas à gestão. Assim, nossas instituições têm condições de avaliar tanto a eficácia do sistema educacional, pelos resultados da aprendizagem de seus alunos, quanto a eficiência da própria escola, pela relação entre os resultados de aprendizagem e os seus recursos e processos educativos. São elaborados testes, por áreas de conhecimento, aplicados aos alunos da instituição, bem como questionários para esses alunos, pais e professores, para levantar informações sobre o contexto escolar. Com periodicidade bianual, as informações geradas pelo PAERP são disponibilizadas por meio de um relatório completo, o qual é um poderoso instrumento para a gestão escolar, pois permite identificar os pontos fortes da instituição e as oportunidades de aprimoramento da qualidade de processos pedagógicos e de gestão escolar.

Ainda nesse eixo, foi perguntado aos coordenadores se as suas respectivas instituições de ensino participam da aplicação das provas do SAEB, sabendo que a participação no SAEB é obrigatória para as instituições de ensino

públicas e facultativa para as instituições de ensino privadas. A essa pergunta, obteve-se as seguintes respostas: o Colégio Santa Luzia não participa do SAEB e a Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria, participa da avaliação do SAEB.

Foi perguntado também, de maneira discursiva, para a escola que respondeu afirmativamente a pergunta de participação do SAEB, qual o resultado obtido pela escola. Entretanto, o coordenador da Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria deixou o espaço em branco, não respondendo ao questionamento levantado.

O IDEB, índice resultado “dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios” (Brasil, 2015) é disponibilizado pelo site do INEP. Portanto, conforme mencionado anteriormente neste trabalho, o IDEB da Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria, atualmente, é 6.0, onde desde 2007 a escola vem atendendo as metas dispostas pelo governo federal.

3º eixo – Gestão democrática

O terceiro eixo traz duas perguntas sobre a gestão democrática, entendendo sua importância, uma vez que é respaldada, conforme afirma Gracindo (2007, p. 12), pela Constituição federal e pela LDB que estabelecem alguns princípios para a gestão democrática.

A primeira pergunta diz respeito a existência do conselho escolar ou algo equivalente, formado por toda a comunidade escolar, inclusive os alunos. A essa pergunta, obteve-se resposta afirmativa de ambos os coordenadores. Já a segunda pergunta tinha como objetivo saber se a escola elaborou o PPP com a participação de toda a comunidade escolar, incluindo alunos, professores, pais, diretor e comunidade. Assim como no primeiro questionamento, obteve-se resposta afirmativa de ambos os coordenadores.

A gestão democrática, ainda conforme Gracindo (*ibid.*, p. 32):

[...] pode ser considerada como meio pelo qual todos os segmentos que compõem o processo educativo participam da definição dos rumos que a escola deve imprimir à educação de maneira a efetivar essas decisões, num processo contínuo de avaliação de suas ações.

Para tanto, garantir a gestão democrática é de suma importância para o ensino público e particular. Entretanto, a gestão democrática assume papéis diferentes para cada uma das instituições mencionadas. Enquanto, para o ensino público, assim como sugere Gracindo (*ibid.*), a gestão democrática confere a possibilidade de fomentar a democratização do ensino, para o ensino particular, a gestão democrática confere maior participação de toda a comunidade escolar nas decisões pedagógicas.

4º eixo – Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola

No quarto eixo, foram feitas três perguntas sobre a formação e condições de trabalho dos profissionais da escola. A primeira questionou se todos os professores que trabalham na escola possuem habilitação necessária para o exercício de suas funções. Para esta pergunta, ambos os coordenadores responderam afirmativamente.

A segunda pergunta foi realizada para investigar se todas as pessoas que trabalham na escola têm oportunidades de fazer formação continuada. A essa pergunta obteve-se resposta positiva, de ambos os coordenadores. Por fim, perguntou-se se a escola dispõe da quantidade de professores que realmente necessita, onde a resposta foi, também afirmativa por parte dos dois respondentes.

Sobre a formação de professores, Nóvoa (1995, p. 24) afirma que a formação docente pode desempenhar um papel significativo na reconfiguração da prática docente e, em consequência, da educação. Nesse contexto, a docência assume diferentes papéis, seguindo as necessidades atuais. Torna-se necessária a formação continuada como forma de qualificar e permitir a reflexão do trabalho docente de maneira a aprimorá-lo.

O governo federal dispõe de vários programas de formação docente e formação continuada, visando justamente à melhoria do ensino brasileiro. Por meio desses programas são ofertados cursos presenciais ou à distância, como forma de abarcar as necessidades e as disponibilidades dos professores, principalmente do ensino público, mas também do ensino privado.

5º eixo – Ambiente físico escolar

No quinto eixo, foram elaboradas quatro perguntas sobre a situação do ambiente escolar. Foi questionado aos coordenadores se suas respectivas escolas ofertavam: 1) acesso à internet para todos os alunos e professores; 2) espaço para a prática de esportes; 3) televisão, computador, aparelho de som, projetor e etc. e 4) biblioteca. Foram obtidas as seguintes repostas conforme disposto no quadro.

Quadro VII: Ambiente físico escolar da Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria e do Colégio Santa Luzia

Ambiente físico escolar				
Perguntas	Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria		Colégio Santa Luzia	
	Sim	Não	Sim	Não
1) Todos os alunos e professores tem acesso à internet?	X		X	
2) Há espaço para a prática de esportes?		X	X	
3) Há televisão, computador, aparelho de som, projetor, etc.?	X		X	
4) Há biblioteca?		X	X	

Fonte: Questionário aplicado aos coordenadores. Tabulação própria.

Sobre a importância da infraestrutura escolar, Satyro e Soares (2008, p. 9) afirmam que a infraestrutura escolar está relacionada com os insumos escolares. Esses insumos podem ser entendidos como (*ibid.*):

[...] número médio de alunos por turma, número de horas/aula, docentes com formação superior, construção e melhoria das dependências da escola, existência de biblioteca ou sala de leitura e outros aspectos positivos. Infraestrutura é, nesse caso, tudo aquilo que o dinheiro pode comprar.

Enfim, seguindo essa perspectiva, entende-se que os resultados educacionais estão relacionados aos insumos e, concomitantemente, a infraestrutura. Ainda segundo Satyro e Soares (2007, p.07), a deficiência estrutural das escolas afeta incisivamente a qualidade da educação. Acomodações inapropriadas, falta de materiais e a falta de espaço para a prática de esportes e biblioteca, como é o caso da Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria, são questões que atingem pontualmente os discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A presente monografia buscou compreender as diferenças entre o ensino público e o privado, por meio da Escola M. São Caetano R. Gonçalves de Faria e do Colégio Santa Luzia, ambas localizadas no município de Luziânia, Goiás. Para tanto, foram realizados alguns percursos históricos e conceituações de maneira que se possa compreender o contexto e os saberes necessários para atender ao objetivo da pesquisa.

Realizou-se, primeiramente, um estudo dos aspectos históricos do ensino público e do ensino privado. Foi possível identificar que a educação nacional nasce por meio do ensino confessional e que a rede pública de ensino brasileira já inicia sua trajetória, desde a concepção até os dias atuais, com questões a serem aprimoradas.

Em seguida, realizou-se um percurso por meio dos aportes legais e avaliativos da educação. No que tange a legislação, a CF de 1988 trouxe a obrigatoriedade da oferta do ensino e a LDB de 1966 os deveres do Estado com a educação brasileira. Já no quesito avaliativo, temos o SAEB, composto pela Aneb, Prova Brasil e ANA, com a finalidade de avaliar a qualidade da educação brasileira.

Ainda na questão de avaliação, foi feita uma breve discussão sobre as diferenças entre o ensino público e o privado, na esfera nacional. Verificou-se que o ensino particular possui melhores resultados avaliativos, mas que não necessariamente essa qualidade se refere estritamente ao ensino escolar. Nesse caso, conta também a quantidade de afazeres educacionais, dos quais os alunos de escolas particulares tem acesso, além do ensino escolar. Entretanto, mesmo diante de todo esse cenário, os alunos do ensino particular ainda se sobressaem em algumas áreas do conhecimento e em avaliações educacionais.

Por fim, realizou-se a pesquisa para identificação das diferenças entre o ensino público e privado, por meio de uma escola pública e uma escola particular do município de Luziânia, Goiás. Entretanto, antes dos resultados da pesquisa, foram apresentados alguns aspectos importantes como ambientação do objeto da

pesquisa. Uma breve historicização de Luziânia demonstrou que o município possui mais de 100 instituições de ensino, entre públicas e privadas. Demonstrou também que o salário médio dos trabalhadores é de 2, 3 salários mínimos. Em meio a esses dados tem-se também a colocação de Luziânia como 21º cidade mais perigosa no ranking nacional.

Em seguida, realizou-se um percurso histórico das escolas pesquisadas. Sobre a Escola Municipal São Caetano Rita Gonçalves de Faria, representante da instituição pública, identificou-se, entre outras coisas, que ela vem cumprindo com a meta do IDEB, estabelecida pelo governo federal, desde o ano de 2007 até os dias atuais. Já sobre o Colégio Santa Luzia têm-se os dados fornecidos pela própria escola, onde constam resultados positivos de ex-alunos em vestibulares para universidades públicas.

Ainda sobre os aspectos da pesquisa, foi apresentada a metodologia, onde optou-se pela pesquisa qualitativa, sabendo que a qualidade das informações para este estudo eram mais importantes que a quantidade. Dessa forma, a pesquisa seguiu a estratégia do estudo de caso, fazendo uso de questionários semiestruturados para a obtenção de informação dos respondentes da pesquisa, dois professores do 5º ano e dois coordenadores.

Os resultados da pesquisa foram agrupados em eixos, onde cada agrupamento diz respeito a um aspecto significativo da qualidade da educação e divididos entre as respostas dos professores e as respostas dos coordenadores. Foram verificadas questões referentes ao ambiente físico escolar, ao trabalho docente, ao currículo, ao perfil socioeconômico e outros.

De forma geral, a investigação revelou alguns aspectos positivos sobre essa relação escola pública x particular. As mesmas perguntas foram feitas para ambas as escolas, e pudemos observar a semelhança das repostas para a maioria das perguntas, revelando assim que o ensino dessas instituições não estão tão distantes um do outro.

Tanto Escola Municipal São Caetano Rita Gonçalves de Faria quando o Colégio Santa Luzia possuem os seguintes aspectos positivos em comum: 1) apoio a alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem; 2) planejamento de aula regular; 3) uso de diferentes recursos em sala de aula; 4) autonomia do

trabalho docente; 5) diversidade avaliativa; 6) existência do PPP elaborado com a participação da comunidade escolar; 7) existência de sistema ou índice de avaliação interna da qualidade do ensino; 8) gestão democrática e 9) corpo docente com formação para a área de atuação e com a oportunidade de formação continuada.

Sobre os aspectos negativos, apenas a Escola Municipal São Caetano Rita Gonçalves de Faria, apresentou os seguintes itens: 1) os alunos com deficiência não estudam na mesma sala que os alunos sem deficiência; 2) a grade curricular dos alunos do 5º ano é composta apenas pelas disciplinas básicas e 3) a escola não possui espaço para a prática de esportes, como também não tem biblioteca.

É importante ainda ressaltar dois fatores econômicos. O primeiro deles diz respeito ao salário docente, onde os professores pesquisados afirmaram não considerar justo o salário que recebem. O outro, diz respeito à diferença de classe social dos alunos atendidos por cada escola. Enquanto a escola particular possui em sua maioria alunos com famílias que ganham entre 10 e 20 salários mínimos, a escola pública atende alunos que advêm de família com renda mensal entre 2 e 4 salários mínimos.

De maneira geral, as duas escolas pesquisadas demonstram uma tendência nacional, já mencionada anteriormente, de diminuição das diferenças entre si. Entretanto, ainda existem aspectos básicos, como os estruturais, curriculares e de acessibilidade, a serem melhorados no ensino público, como os que podemos observar nos resultados desta pesquisa. Entretanto, mesmo com alguns empecilhos físicos e legais, a escola pública pesquisada ainda consegue suprir as metas de qualidade da educação, estabelecidas pelo governo federal.

É importante ressaltar que a questão salarial, é um fator a ser melhorado em ambas as instituições de ensino. Mesmo que de maneira geral e conforme dados divulgados, professores de escolas públicas ganhem mais que professores de escolas particulares, ainda assim, levando em consideração seu trabalho docente, ambos consideram que deveriam ser melhor remunerados. Por fim, a pesquisa suscita a questão salarial docente, cabendo inclusive pesquisas para investigar esse descontentamento salarial e propor soluções.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Amálda de Cunha. **O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. Perspectiva.** Florianópolis. V. 25. N. 02. 2007.

ALVES, Manoel. **A histórica contribuição do ensino privado no Brasil.** Educação. Porto Alegre. V.32, nº 1. 2009.

ANDRADE, Dalila Oliveira. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências.** RBPAE. V. 25, nº 2. 2009.

ARAÚJO, Carlos Henrique. **Rede Nacional de Avaliação da Educação Básica / Carlos Henrique Araújo, Nildo Wilson Luzio, Eliezer Pacheco.** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1958. Tomo 3.

BARBA, Mariana Della. **Por que diferença entre escolas particulares e públicas do Brasil no PISA foi pequena.** BBC Brasil. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38247797>> Acesso em: 10 de outubro de 2017.

BITTAR, Maria; BITTAR, Mariluce. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade.** Acta Scientiarum. Education. V. 34, nº 02. Maringá. 2012.

_____; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. Apresentação. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org.). **Educação Superior no Brasil. 10 anos pós-LDB.** Brasília: INEP, 2008.

BOLETIM ONLINE. **Escolas públicas e particulares de Luziânia/GO.** Disponível em: <<http://www.escolas.inf.br/go/luziania>> Acesso em: 19 de outubro de 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto Seção I da Educação. Artigo 205. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.mpgo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf> Acesso em: 02 de outubro de 17

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. 2012.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 04 de outubro de 17

_____. **Sobre a ANA.** Saeb. Educação Básica. Portal Inep. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/sobre-a-ana>> Acesso em: 05 de outubro de 2017

_____. **Sobre a Aneb.** Saeb. Educação Básica. Portal Inep. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/sobre-a-aneb>> Acesso em: 05 de outubro de 2017

_____. **IDEB.** INEP. 2015. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/ideb> > Acesso em: 2 de novembro de 2017

_____. **Dados do ideb 2015 já estão disponíveis para consulta.** Inep. 2016. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-ideb-2015-ja-estao-disponiveis-para-consulta/21206> Acesso em: 09 de outubro de 2017

_____. **Dificuldade de aprendizagem requer avaliação especializada.** 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/07/dificuldade-de-aprendizagem-requer-avaliacao-especializada>> Acesso em: 1 de novembro de 2017

_____. **Sobre a Anresc (Prova Brasil).** Saeb. Educação Básica. Portal Inep. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/sobre-a-anresc>> Acesso em: 05 de outubro de 2017

_____. **Saeb.** Educação Básica. Portal Inep. 2015. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>> Acesso em: 05 de outubro de 2017

CALCAGNO, Luiz; STACCIARINI, Isa. **Luziânia registrou 73 assassinatos no primeiro semestre de 2017.** Correio Brasiliense. 2017. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/08/20/interna_cida_desdf,619108/luziania-registrou-73-assassinatos-no-primeiro-semester-de-2017.shtml> Acesso em: 19 de outubro de 2017

CAMPOS, Marcela. **Desigualdades marcam o sistema público de educação.** Gazeta do Povo. 2015. Disponível em: < [http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/desigualdades-marcam-o-sistema-publico-de-educacao-desigualdades-marcam-o-sistema-publico-de-educacao-0xjnkq0bkv38k0h5zs4uksgmz](http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/desigualdades-marcam-o-sistema-publico-de-educacao-desigualdades-marcam-o-sistema-publico-de-educacao-desigualdades-marcam-o-sistema-publico-de-educacao-0xjnkq0bkv38k0h5zs4uksgmz)> Acesso em: 16 de outubro de 2017

CRUZ, Priscila. **Porque a escola particular não é melhor que a pública.** Uol Educação. 2016. Disponível em: < <https://educacao.uol.com.br/colunas/priscila-cruz/2016/02/24/por-que-a-escola-particular-nao-e-melhor-que-a-publica.htm> > Acesso em: 10 de outubro de 2017

DEMO, Pedro. **Escola pública e escola particular: semelhanças de dois imbróglis educacionais.** Ensaio: aval. pol. públ.Educ. vol.15, n.55, pp. 181-206; 2007.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_93.pdf> Acesso em: 1 de novembro de 2017

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Direitos Difusos na Constituição de 1988**. In: Revista de Direito Público. São Paulo, n. 88, Out-Dez. 1988.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4.ed. rev. São Paulo: Moraes. 1980. Coleção Educação Universitária

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. / Regina Vinhaes Gracindo. – Brasília : Universidade de Brasília, 2007. 72 p. : il.

GUIMARÃES, Camila. **O ensino público no Brasil: ruim, desigual e estagnado**. Época. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/01/bo-ensino-publico-no-brasilb-ruim-desigual-e-estagnado.html>> Acesso em: 09 de outubro de 2017

IBGE. **História. Luziânia**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/luziania/historico>> Acesso em: 19 de outubro de 2017

_____. **Panorama. Luziânia**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/luziania/panorama>> Acesso em: 19 de outubro de 2017

IOSIF, Ranilce Mascarenhas Guimarães. **A qualidade da educação na escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipadora: implicações para a situação da pobreza e desigualdades no Brasil** / Ranilce Mascarenhas Guimarães Iosif. Brasília, 2007.

IPEA. **Atlas da Violência 2017**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>> Acesso em: 19 de outubro de 2017

LIBÂNIO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 1993**.

LIMA, Eliseu dos Santos. **A “qualidade” da educação do Brasil: Escola pública X Escola particular**. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-qualidade-da-educacao-do-brasil-escola-publica-x-escola-particular/34891/>> Acesso em: 10 de outubro de 2017

MARTINS, Miguel. **Em curso, o desmonte da educação pública**. Educação. Política. Carta Capital. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/918/em-curso-o-desmonte-da-educacao-publica>> Acesso em: 04 de outubro de 17

MELCHIOR, José Carlos de Araújo, (1979). **Financiamento da educação: captação e aplicação de recursos financeiros numa perspectiva**

democrática. In: Projeto Educação, t. IV. Brasília: Senado Federal, Comissão de Educação e Cultura/Universidade de Brasília (UnB)

MONTEIRO, Caroline. **Professor da rede pública ganha R\$ 700 a mais que o da rede privada, em média.** 2017. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/5032/professor-da-rede-publica-ganha-r-700-a-mais-que-o-da-rede-privada-em-media>> Acesso em: 1 de novembro de 2017

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo : currículo, conhecimento e cultura.** BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007, 48 p.

MORETTO, Vasco Pedro. **“Prova um momento privilegiado de estudos e não um acerto de contas”.** DP&A Editora, RJ, 2005.

OLIVEIRA, R. P. . **O Direito à Educação na Constituição de 1988 e seu reestabelecimento pelo sistema de Justiça.** Revista Brasileira de Educação , São Paulo, v. 11, p. 61-74, 1999.

PALHARES, Isabela. **Ensino particular perde 1 milhão de alunos.** O Estado de S. Paulo. Estadão. 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,nova-noticia,1837430>> Acesso em: 03 de outubro de 17.

PESQUISA GLOBAL MOSTRA QUE PROFESSOR BRASILEIRO GANHA MAL E SOFRE MAIS VIOLÊNCIA. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39135600>> Acesso em: 1 de novembro de 2017

PETRONI, Ana Paula; SOUZA, Vera Lúcia Trevisa de. **Vygotsky e Paulo Freire: contribuições para a autonomia do professor.** Revista Diálogo Educ., Curitiba, v-9, n.27, p. 351-361. 2009.

PONCE, A. **Educação e luta de classes.** (21ª Ed), São Paulo: Cortez, 2005.

PROFESSOR TEM FORMAÇÃO MELHOR NA REDE PÚBLICA DO QUE NA PARTICULAR. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/05/1771352-professor-tem-formacao-melhor-na-rede-publica-do-que-na-particular.shtml>> Acesso em: 1 de novembro de 2017

REDE PITÁGORAS. **Avaliação PAERP.** 2016. Disponível em: <<http://www.redepitagoras.com.br/paerp>> Acesso em: 2 de novembro de 2017

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil: 1930-1973.** Petrópolis: Vozes, 1986.

ROMERO, Priscila. **Breve estudo sobre Lev Vygotsky e o sociointeracionismo.** 2015. Disponível em:

<<http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/breve-estudo-sobre-lev-vygotsky-e-o-sociointeracionismo>> Acesso em: 23 de outubro de 2017

SANTOS, Leidiane Oliveira. **A importância do ensino da filosofia para crianças no ensino fundamental.** 2009. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/a-importancia-do-ensino-da-filosofia-para-criancas-no/12154>> Acesso em: 1 de novembro de 2017

SATYRO, Natália; SOARES, Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005.** Brasília: IPEA, 2007.

_____. **O impacto da infraestrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de Ensino Fundamental.** Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação: trajetórias, limites e perspectivas.** 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SCHROEDER, Carlos. **A importância da física nas quatro primeiras séries do ensino fundamental.** Revista Brasileira de Ensino de Física. Escola Pan-americana, Porto Alegre, RS, Brasil, 2006.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros** / Magda Soares. 2. ed. 8. reimpr. ____ Belo Horizonte: Autêntica 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva.** 14^a edição Papirus, 2002. Disponível em: <<http://pep.ifsp.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/PPP-uma-constru%C3%A7%C3%A3o-coletiva.pdf>> Acesso em: 2 de novembro de 2017

WALDOW, Carmem. **As políticas educacionais do governo Dilma, a formação para o trabalho e a questão do Pronatec: reflexões iniciais.** X ANPED Sul. Florianópolis. 2014.

WREFORD, J. **Um ensino que tem muito a aprender.** O Estado de S.Paulo. São Paulo, 13 abr. 2003

APÊNDICE A – Questionário Professor

QUESTIONÁRIO

Prezado (a) professor (a),

Este questionário integra meu trabalho de conclusão do curso de Pedagogia pela UEG - Câmpus Luziânia, sobre as diferenças entre o ensino público e o privado. As perguntas se relacionam com o seu campo de atuação e local de trabalho. As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros sujeitos da pesquisa, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante. Sua colaboração é de suma importância.

Identificação

1. Onde se formou?

Instituição pública Instituição particular

Ambiente educativo

1. A escola acolhe crianças e adolescentes com deficiência nas mesmas salas de aula em que estudam os alunos sem deficiência?

Sim Não

2. Esses alunos recebem o apoio de que necessitam?

Sim Não

Prática pedagógica

1. Os professores planejam regularmente suas aulas?

Sim Não

2. São usados diferentes recursos pedagógicos (internet, jornais, revistas, livros diversos, obras de arte, filmes) em sala de aula?

Sim Não

3. Quais disciplinas compõem a grade curricular?

4. O professor possui autonomia para trabalhar conteúdo dentro de sala de aula?

Sim Algumas vezes Não

Avaliação

1. Os professores observam a progressão dos alunos e quais suas principais dificuldades (por exemplo, corrigem trabalhos, circulam pela classe enquanto os alunos estão fazendo seus exercícios, incentivam os alunos a fazer perguntas e tirar dúvidas)?

Sim Algumas vezes Não

2. Os professores fazem uso de diferentes atividades para avaliar os alunos (provas, trabalhos, seminários)?

Sim Algumas vezes Não

Condições de trabalho dos profissionais da escola

1. Você considera seu salário, como professor, justo?¹⁵

Sim Não

Sucesso na escola

¹⁵ O piso salarial do professor de Ensino Fundamental é no valor de R\$1676,29.

1. A escola oferece oportunidades especiais para alunos que têm dificuldades de aprendizagem (como lições extras, grupos de reforço, solicitação de professores externos para realização de debates ou aulas extras, mobilização de voluntários para apoio, exames de recuperação, etc.)?

Sim Não

Perfil socioeconômico

1. De maneira geral, qual a classe social¹⁶ dos alunos?

Classe A Classe B Classe C Classe D Classe E

¹⁶ Segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), as Classes Sociais por Faixas de Salário-Mínimo (IBGE) são: A - Acima de 20 salários mínimos, B - De 10 a 20 salários mínimos, C - De 4 a 10 salários mínimos, D - De 2 a 4 salários mínimos e E - Até 2 salários mínimos.

APÊNDICE B – Questionário Coordenador

QUESTIONÁRIO

Prezado (a) coordenador (a),

Este questionário integra meu trabalho de conclusão do curso de Pedagogia pela UEG - Câmpus Luziânia, sobre as diferenças entre o ensino público e o privado. As perguntas se relacionam com o seu campo de atuação e local de trabalho. As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros sujeitos da pesquisa, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante. Sua colaboração é de suma importância.

Prática pedagógica

1. A escola possui uma proposta pedagógica¹⁷ escrita (em forma de documento)?

() Sim () Não

Avaliação

2. A escola possui algum sistema ou índice de avaliação interna da qualidade do ensino?

() Sim

Qual (is)?

() Não

¹⁷ Geralmente, Projeto Político Pedagógico (PPP).

3. Participa da aplicação das provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)¹⁸?

() Sim

Qual o resultado?

() Não

Gestão democrática

1. Há conselho escolar ou algo equivalente, formado por representantes de toda a comunidade escolar (inclusive alunos)?

() Sim () Não

4. A escola elaborou o seu Projeto Político Pedagógico com a participação de toda a comunidade escolar (alunos, professores, pais, diretor)?

() Sim () Não

Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola

1. Todas os professores que trabalham na escola têm habilitação (formação inicial) necessária para o exercício de sua função?

() Sim () A maioria () A minoria

2. Todas as pessoas que trabalham na escola têm oportunidades de se atualizar e participar de cursos e ações de formação?

¹⁸ A participação no Saeb é facultativa para as escolas privadas e obrigatória para as escolas públicas.

Sim Não

5. A escola dispõe da quantidade de professores de que realmente necessita?

Sim Não

Ambiente físico escolar

1. Todos os alunos e professores têm acesso à internet?

Sim Não

2. Há espaço para a prática de esportes?

Sim Não

3. Há televisão, computador, aparelho de som, projetor, etc?

Sim Não

4. Há biblioteca?

Sim Não

APÊNDICE C - Declaração de Autenticidade

Declaração de Autenticidade

Neste documento, eu _____ declaro que este trabalho é de minha autoria e o uso de todas as fontes escritas e de material de qualquer natureza utilizado na produção deste documento foi devidamente e apropriadamente reconhecido. Também declaro aqui ter conhecimento do teor da Lei nº 9.610/98, que versa sobre plágio de trabalho intelectual de qualquer natureza e que tenho consciência das consequências desta lei no âmbito civil e criminal.

Elaine Gomes de Aranha